



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência: 8504377-65.2018.8.06.0026

Assunto: Informação/Documento

Interessada: Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí

**DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 196 /2018/CGJCE**

Nos autos do processo em análise, a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí, por meio do Ofício-Circular Nº 202/2018-PJPI/CGJ/SCPCGJ, comunica a este Órgão Censor alencarino acerca de decisão de suspensão da decretação da indisponibilidade de bens e direitos do sr. Francisco Pessoa da Silva, conforme documentos que instruem o procedimento administrativo em tela.

Oficie-se, portanto, a todas **as unidades judiciárias do Estado do Ceará**, a fim de que sejam cientificadas do conteúdo da documentação de fls. 02/07, cuja reprodução fotostática seguirá em anexo.

Cópia do presente servirá como ofício circular. A resposta deverá citar o número deste processo.

Expediente necessário.

Fortaleza, 27 de novembro de 2018.

  
**DESEMBARGADOR FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO**  
Corregedor-Geral da Justiça



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 8182018811008

Nome original: SEI\_18.0.000033798\_2 (2).pdf

Data: 22/11/2018 16:14:41

Remetente:

Valéria de Almeida Carvalho

Setor de Controle de Processos da CGJ-PI

Tribunal de Justiça do Piauí

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: De ordem, encaminhamento Ofício-Circular N° 202 2018 - PJPI CGJ SCPCGJ, expedido nos autos 18.0.000033798-2, para conhecimento.



Ofício-Circular N° 202/2018 - PJPI/CGJ/SCPCGJ

Teresina, 13 de novembro de 2018.

Excelentíssimo (a) Senhor (a) Corregedor (a) Geral de Justiça

Assunto: **Suspensão da decretação da indisponibilidade de bens e direitos.**

Senhor (a) Corregedor(a),

Ao cumprimentá-lo(a), encaminho cópia do Ofício n° 278/2018, expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Monsenhor Gil-PI, para conhecimento da suspensão da decretação da indisponibilidade de bens e direitos, até o valor de R\$ 31.019,61 (trinta e um mil e dezenove reais e sessenta e um centavos) de FRANCISCO PESSOA DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o n° 128.645 e no CPF sob o n° 095.691.703-87, residente e domiciliado na localidade Baixão dos Ribeiros, zona rural de Monsenhor Gil-PI (Processo n° 0000561-06.2015.8.18.0104).

Atenciosamente,

**Desembargador LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO**  
Vice-Corregedor Geral da Justiça do Piauí



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho, Vice-Corregedor**, em 22/11/2018, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **0739585** e o código CRC **4E20D8D4**.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONSENHOR GIL - VARUNIMONGIL**  
Rua José Noronha, s/n - Bairro Centro - - CEP 64000-000  
Monsenhor Gil - PI - [www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)

Ofício N° 9135/2018 - PJPI/COM/MONGIL/FORMONGIL/VARUNIMONGIL

Monsenhor Gil, 27 de julho de 2018.

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor

Dr. ordem do MM.Juiz de Direito desta Comarca, encaminho o Ofício nº 278/2018m para as devidas providências.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Zelia de Sousa Pinheiro Abreu**,  
**Secretário(a) de Vara**, em 27/07/2018, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei  
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **0581228** e o código CRC **1512F3B8**.

18.0.000033798-2

0581228v2



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**COMARCA DE MONSENHOR GIL**  
**SECRETARIA DA VARA ÚNICA**  
Rua José Noronha, s/n, Centro, CEP: 64450-000  
Tel. (86) 3258-1511

---

OFÍCIO Nº 278 /2018

Monsenhor Gil, 29 de junho de 2018

A Sua Excelência o Senhor

**Des. RICARDO GENTIL EULÁLIO DANTAS**

Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

End: Praça Des. Edgar Nogueira, s/n – Centro Cívico

CEP: 64.000-830 – Teresina/Piauí

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor,

Com os meus cumprimentos, solicito a Vossa Excelência adoções das providências legais, para o desbloqueio de bens até o valor de 31.019,61 (trinta e um mil, dezenove reais e sessenta e um centavos), junto as serventias Extrajudiciais de Imóveis do País em nome do Réu: **FRANCISCO PESSOA DA SILVA**, Ex-Prefeito Municipal da Cidade de Monsenhor Gil, Estado do Piauí, brasileiro, casado, portador do RG Nº128.645-SSP-PI e CPF Nº 095.691.703-87, residente e domiciliado na localidade Baixão dos Ribeiros, zona rural de Monsenhor Gil, Estado do Piauí, referente aos Autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa, (Processo nº 00000561-06.2015.8.18.0104), em que é Autor: O Ministério Público Estadual da Comarca de Monsenhor Gil, Estado do Piauí e Réus: FRANCISCO PESSOA DA SILVA e outros. Por haver sido concedido efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto pelo Réu. Segue cópia do Despacho.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**DENIS DEANGELIS BRITO VARELA**

Juiz de Direito Substituto da Comarca de Monsenhor Gil/PI



**PROCESSO Nº:** 0000561-06.2015.8.18.0104

**CLASSE:** Ação Civil de Improbidade Administrativa

**Autor:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - COMARCA DE MONSENHOR GIL - PIAUÍ

**Réu:** FRANCISCO PESSOA DA SILVA. EMPRESA "APLAUSO EVENTHOS E CERIMONIAL LTDA ME",  
LEONARDO COSTA DE SOUSA, TERESINHA ALMEIDA DO VALE CARVALHO

## **DESPACHO**

Considerando a petição de fls. 263/265 e a decisão no Agravo de Instrumento fls. 266/272, concedendo os efeitos suspensivos em relação à indisponibilidades dos ativos financeiros do Requerido Francisco Pessoa da Silva, determino o desbloqueio da quantia penhorada via Bacenjud, bem como oficie-se para levantamento de qualquer outra constrição que tenha sido levada à efeito contra o agravante.

MONSENHOR GIL, 19 de abril de 2018

**DENIS DEANGELIS BRITO VARELA**

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de MONSENHOR GIL**



Documento assinado eletronicamente por DENIS DEANGELIS BRITO VARELA, Juiz(a), em 20/04/2018, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006





**Despacho Nº 64101/2018 - PJPI/CGJ/GABVICOR**

Trata-se de Ofício nº 278/2018 em que foi solicitada a adoção das providências legais necessárias ao desbloqueio de qualquer outra constrição que tenha sido realizada contra o requerido Francisco Pessoa da Silva, na Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 00000561-06.2015.8.18.0104, em razão da concessão de efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto pelo Réu.

Diante do ocorrido, determino a expedição de Ofício Circular aos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Piauí para dar cumprimento ao Despacho de fl. 2 do ID 0581249, devendo fazer referência ao presente SEI quando do protocolo da petição.

Oficie-se também as demais Corregedorias Gerais de Justiça dos Estados e Distrito Federal solicitando que seja feita a comunicação aos Cartórios de Registro de Imóveis.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Henrique Moreira Rêgo, Juiz(a) Auxiliar da Vice-corregedoria**, em 05/10/2018, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **0678799** e o código CRC **9CBA9BD3**.